Os documentos a que aludem as alíneas c) a f) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local do nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

III — 1 — A Reitoria deverá comunicar aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou de não admissão ao concurso.

2 — Após a admissão, os candidatos ao concurso para professor associado deverão entregar, no prazo de 30 dias contados desde a data de recepção daquela comunicação:

- a) Quinze exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos do ensino teórico e prático das matérias das disciplinas ou de uma das do grupo de disciplinas do grupo a que respeita o concurso, de acordo com o n.º 2 do artigo 44.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária;
- b) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado na Faculdade e na Porta Férrea.

15 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Edital n.º 743/2005 (2.ª série). — Faz-se saber que, perante esta Reitoria, pelo prazo de 30 dias a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental para o provimento de cinco vagas de professor associado do I Grupo da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade, nos termos dos artigos 37.º a 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e mais legislação vigente. O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Em conformidade com os artigos 37.º a 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e demais legislação vigente, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa, ou equivalente, e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- c) Os doutores por universidades portuguesas, ou com habilitação equivalente, em especialidade considerada adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que é aberto o concurso que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — Os candidatos deverão apresentar os seus requerimentos no Centro de Atendimento da Administração da Universidade de Coimbra, Palácio dos Grilos, Rua da Ilha, 3004-531 Coimbra, acompanhados da seguinte documentação:

- a) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae*, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;
- c) Certificado do registo criminal;
- d) Documento comprovativo de possuírem a robustez necessária para o exercício do cargo;
- e) Documento comprovativo de terem sido cumpridas as obrigações da Lei do Serviço Militar;
- f) Bilhete de identidade.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a f) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local do nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

III — 1 — A Reitoria deverá comunicar aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso.

2 — Após a admissão, os candidatos ao concurso para professor associado deverão entregar, no prazo de 30 dias contados desde a data de recepção daquela comunicação:

- a) 15 exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos do ensino teórico e prático das matérias das disciplinas ou de uma das do grupo de disciplinas, do grupo a que respeita o concurso, de acordo com o n.º 2 do artigo 44.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária;
- b) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado na Faculdade e na Porta Férrea.

15 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Rectificação n.º 1420/2005. — Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 15 de Novembro de 2004, a pp. 16 892 e 16 893, o despacho n.º 23 372/2004 relativo ao mestrado e doutoramento em Relações Internacionais — Política Internacional e Resolução de Conflitos, rectifica-se que no final do anexo deverá incluir-se o seguinte:

Propina — € 750/ano, no mínimo durante três e no máximo de cinco anos.

Propina suplementar — € 750/ano, apenas nos dois primeiros anos.

27 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Rectificação n.º 1421/2005. — Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 15 de Novembro de 2004, a pp. 16 893 e 16 894, o despacho n.º 23 373/2004, relativo ao mestrado e doutoramento em Pós-Colonialismo e Cidadania Global, rectifica-se que no final do anexo deverá incluir-se o seguinte:

Propina — € 750/ano, durante cinco anos.

Propina suplementar — € 750/ano, apenas nos dois primeiros anos.

27 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Rectificação n.º 1422/2005. — Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 27 de Dezembro de 2002, a p. 21 067, o despacho n.º 27 268/2002, relativo aos cursos de mestrado em Ciências da Educação, rectifica-se que, no artigo 3.º (habilitações de acesso), no n.º 1, onde se lê «São admitidos à matrícula no curso os titulares da licenciatura em Ciências da Educação com classificação inferior a 14 valores.» deve ler-se «São admitidos à matrícula no curso os titulares da licenciatura em Ciências da Educação com classificação mínima de 14 valores.»

27 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Rectificação n.º 1423/2005. — Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de Julho de 2005, a p. 9682, o despacho n.º 14 583/2005, relativo ao curso de especialização em Ciências Documentais, e pela deliberação do senado n.º 59/2005, de 6 de Julho, rectifica-se que onde se lê «10 — O valor da propina de inscrição anual é de € 750, podendo ser paga em duas prestações, sendo a 1.ª até 30 dias após a inscrição e a 2.ª até 31 de Março de 2006.» deve ler-se «10 — O valor da propina de inscrição anual é de € 1000, podendo ser paga em duas prestações, sendo a 1.ª até 30 dias após a inscrição e a 2.ª até 31 de Março de 2006.»

29 de Julho de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.